ISSN: 2358-8829

RECONQUISTA PERNAMBUCO: MATERIAL COMPLEMENTAR ESTADUAL DE RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS NOS ANOS INICIAIS

Edson de Souza Lima [1]
Janaina Carla Dornelas da Rocha [2]
Elissandra Patrícia Cunha da Silva [3]
Alexandre Marcolino Negreiros [4]
Juliana Maria Rosilda de Oliveira Teodosio [5]

INTRODUÇÃO

A recomposição das aprendizagens diz respeito a um conjunto de estratégias pedagógicas contínuas voltadas à garantia dos direitos de aprendizagem de estudantes que apresentam defasagens pedagógicas acumuladas. Embora os efeitos pós-pandemia tenham trazido visibilidade crítica e urgência a essa temática, a necessidade de recompor e garantir os direitos de aprendizagem já se colocava na rotina escolar bem antes do contexto pandêmico.

Conforme apontam Santos e Cruz (2023, p. 7) "assegurar a recomposição de aprendizagens requer um trabalho em parceria, isto é, um processo de interação, com diálogo, com respeito às múltiplas formas de ser e de estar", nesse sentido especifica-se cada estudante no processo e no diálogo com o mundo. Ainda os autores apontam que "a educação num movimento colaborativo pode articular a teoria e a prática, favorecer as experiências vividas ao longo da vida do/da professor/a, dos/as alunos e de toda comunidade escolar", com isso subsidia-se as estratégias diferenciadas e diversificadas na recomposição das aprendizagens.

[1] Mestre pelo Curso de Psicologia da Faculdade Pernambucana de Saúde - FPS, edson.slima@adm.educacao.pe.gov.br;
[2] Especialista pelo Curso de Supervisão Escolar da Universidade Candido Mendes - UCAM, janaina.cdrocha@adm.educacao.pe.gov.br;
[3] Especialista pelo Curso de Ensino de Novas linguagens com ênfase em novas tecnologias da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, elissandra.pcsilva@adm.educacao.pe.gov.br ;
[4] Especialista pelo Curso de Avaliação Educacional da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, alexandre.nmarcolino@adm.educacao.pe.gov.br;
[5] Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, juliana.mroliveira@adm.educacao.pe.gov.br.

ISSN: 2358-8829

Nesse horizonte colaborativo e antecedendo a formalizações federais mais amplas, iniciativas da sociedade civil e de instâncias públicas mobilizaram referenciais nacionais para mitigar o abandono e as lacunas escolares.

Ainda antes da publicação do decreto do Ministério da Educação, o Instituto Natura e a Fundação Lemann lançaram, em fevereiro de 2022, o documento "Recomposição das aprendizagens: estratégias educacionais para enfrentar os desafios da pandemia", que reuniu experiências no Brasil e no mundo no enfrentamento ao aumento da evasão escolar e das defasagens de aprendizagem, bem como aos impactos na saúde mental de docentes e estudantes, decorrentes da pandemia (Fundação Lemann; Instituto Natura, 2022 apud Oliveira; Palacios; Bellato, 2025).

No âmbito do Estado de Pernambuco, as ações articulam-se ao Programa Criança Alfabetizada (PCA), iniciativa pública instituída pela Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019 (Pernambuco, 2019b). O PCA estabelece o regime de colaboração entre o Estado e os municípios pernambucanos com o objetivo precípuo de alfabetizar todas as crianças na idade certa — isto é, até os sete anos de idade, correspondente ao término do 2º ano do Ensino Fundamental.

Fortalecendo essa política, em fevereiro de 2025, o Governo Federal lançou o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, visando à cooperação pactuada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o intuito pedagógico e político de "[...] assegurar padrões adequados de aprendizagem e de desenvolvimento dos estudantes da educação básica [...]" (Brasil, 2025). Dentre os materiais e orientações produzidos pelo Ministério da Educação (MEC) para fundamentar este pacto, destacam-se: o *Guia para implementação da Recomposição das Aprendizagens*, o *Guia de avaliação e meios pedagógicos para recomposição dos aprendizados* e a *Matriz curricular priorizada para recomposição das aprendizagens*. Esses materiais embasaram uma parte significativa para a realidade de elaboração no Estado de Pernambuco.

Alinhada a esse cenário, a equipe técnica pedagógica da Superintendência dos Anos Iniciais (SUEIAI) da Secretaria de Educação de Pernambuco organizou a produção dos cadernos de recomposição de aprendizagens denominados "Reconquista". O processo contou com a revisão e pareceres técnicos de especialistas do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (CEEL/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática e Tecnológica (EDUMATEC/UFPE). A impressão e

ISSN: 2358-8829

publicação formal dos cadernos foram realizadas pela Companhia Editora de Pernambuco (CEPE).

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste trabalho fundamenta-se na análise documental e na pesquisa bibliográfica, visando analisar o material didático produzido e fundamentar teoricamente as discussões. A pesquisa bibliográfica baseia-se em materiais elaborados previamente, em especial livros e artigos científicos, oferecendo uma cobertura ampla dos fenômenos investigados. Por sua vez, a análise documental debruça-se sobre materiais que ainda não receberam tratamento analítico, assumindo o documento como fonte primária. Além disso, como salientam Grazziotin, Klaus e Pereira (2022, p. 19), as "fontes bibliográficas podem ser tomadas enquanto documentos quando tratadas a partir de sua monumentalidade, tendo como objetivo uma produção historiográfica". Por se tratar de um relato de experiência sobre um material inédito, recorreu-se a autores/as nacionais e estaduais de referência nas áreas de alfabetização, matemática e políticas educacionais.

RECONQUISTA PERNAMBUCO: IMPLANTAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO DE RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Com base em Instruções Normativas específicas orientando o calendário escolar organizado em trimestres, a equipe central da SUEIAI iniciou o processo de implantação nas redes estadual e municipais pactuadas no PCA. Com isso, foram elaboradas, prevendo diagnósticos por meio da categorização e definição dos perfis de saída dos estudantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, alinhada a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, e ao currículo de Pernambuco (Brasil, 2018; Pernambuco, 2019a). Para o atendimento pedagógico dos 3º, 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, a equipe central da SUEIAI produziu a seguinte estrutura de materiais, dividido por trimestre, ou seja, 03 cadernos do estudante, em cada ano escolar, além da mesma quantidade de cadernos para o professor com orientações metodológicas e gabaritos comentados. Do total de materiais complementares para recomposição das aprendizagens foram 18 cadernos, metade de estudante e metade de professor.

A disseminação do material é acompanhada por ciclos de formação continuada para articuladores regionais e municipais, visando à replicação dos desdobramentos pedagógicos em cada rede de ensino. Na oportunidade, cada conjunto de Gerências

ISSN: 2358-8829

Regionais de Educação, GRE's, participaram da formação com o intuito de promover encontros no mês subsequente com os articuladores municipais do PCA, estes por sua vez, em cada município pernambucano promoveu os encontros de orientação com os professores.

Para assegurar o emprego adequado do material "Reconquista", é fundamental explicitar as distinções conceituais entre Recuperação, Reforço e Recomposição. O primeiro, a recuperação: ocorre ao final de um período ou ciclo (bimestre, trimestre ou ano letivo), após a aplicação de avaliações formais quando o estudante não atinge a nota ou média estipulada. Possui caráter reativo e foca estritamente nos conteúdos trabalhados e errados na avaliação. Opera via aulas suplementares e novas avaliações/trabalhos com vistas à recuperação da nota. Uma analogia é considerar que o estudante tropeça em um trecho da corrida e a recuperação permite refazer a passagem para pontuar.

A recuperação da aprendizagem ocorre, tradicionalmente, após a identificação de resultados insatisfatórios em avaliações ou ao final de um período letivo, como bimestre, trimestre ou ano escolar. Seu objetivo é oferecer novas oportunidades para que o estudante retome os conteúdos e desenvolva as habilidades que ainda não foram consolidadas, por meio de aulas suplementares, atividades direcionadas, trabalhos e novas avaliações. Entretanto, quando a recuperação se limita à repetição de provas ou à obtenção de uma nota suficiente para aprovação, pode não garantir, necessariamente, a superação das dificuldades de aprendizagem. Dutra e Martins (2012) discutem justamente os limites das práticas tradicionais de recuperação paralela, enquanto Novaes et al. (2023) identificam uma relação positiva entre a recuperação escolar, a aprovação e o aumento da proficiência dos estudantes.

Por outro lado, o reforço ocorre de forma paralela às aulas regulares, com caráter preventivo ou de apoio contínuo. Foca em fortalecer e consolidar habilidades que vêm sendo trabalhadas na sala de aula, mas ainda não estão 100% fixadas. Realiza-se por meio de tarefas direcionadas e grupos de apoio, mantendo o mesmo programa da turma, porém com maior tempo de exercitação. Uma analogia é pontuar que o estudante corre junto ao grupo principal, porém exercita a resistência no mesmo terreno).

O reforço escolar ocorre de forma paralela às aulas regulares e tem como finalidade apoiar o estudante na consolidação de conhecimentos e habilidades que ainda não foram plenamente desenvolvidos. Pode ser organizado por meio de atividades

direcionadas, exercícios diversificados, acompanhamento individualizado e pequenos grupos de aprendizagem, considerando as necessidades identificadas pelo professor. Embora possa ser realizado durante o processo regular de ensino, sua efetividade depende de intervenções pedagógicas planejadas, que não se limitem à repetição mecânica das mesmas tarefas. Nesse sentido, Zibetti, Pansini e Souza (2012), ao investigarem práticas de reforço escolar em escolas públicas, observaram que as condições de atendimento e as estratégias pedagógicas adotadas influenciam as possibilidades de aprendizagem dos estudantes. De forma complementar, Hattie e Timperley (2007) destacam que o feedback direcionado, quando oferece informações úteis sobre o desempenho e os próximos passos, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento da aprendizagem.

Por fim, na comparação dos três, a recomposição acontece antes de avançar com o conteúdo novo ou concomitante a este, assumindo um caráter predominantemente diagnóstico e estruturante. O foco incide sobre as lacunas de habilidades de anos/etapas anteriores que impedem o acesso ao conhecimento atual. Por exemplo, se uma turma de 3º ano não compreende problemas multiplicativos, a recomposição retoma a adição de parcelas iguais e o uso de materiais concretos (habilidades de 2º ano) para, posteriormente, avançar. Na comparação conforme os demais, temos que ao identificar a falta de tijolos na base de um muro, a recomposição interrompe a elevação da parede para repor os tijolos ausentes na fundação, garantindo a sustentação de todo o edifício curricular).

A recomposição das aprendizagens consiste em um processo pedagógico intencional, orientado pela identificação das habilidades e dos conhecimentos que ainda não foram consolidados pelos estudantes e que são necessários à continuidade de sua trajetória escolar. Diferentemente de uma simples retomada de conteúdos, pressupõe a realização de avaliações diagnósticas, a priorização de habilidades estruturantes e o planejamento de intervenções articuladas ao currículo vigente, de modo que as lacunas identificadas sejam trabalhadas sem comprometer a progressão das aprendizagens. Essas intervenções podem ocorrer antes ou concomitantemente ao ensino de novos conteúdos, por meio de estratégias diversificadas, agrupamentos flexíveis e acompanhamento contínuo dos avanços.

Nesse sentido, Oliveira, Palacios e Bellato (2025), ao discutirem experiências brasileiras de reagrupamento de estudantes, destacam a relevância da avaliação

ISSN: 2358-8829

formativa e da organização de estratégias pedagógicas conforme os diferentes níveis de aprendizagem. De maneira complementar, o Guia de Reorganização Curricular para Recomposição das Aprendizagens, do Ministério da Educação (Brasil, 2025), recomenda priorizar habilidades fundamentais e articulá-las aos objetivos do ano escolar, favorecendo uma progressão curricular mais consistente.

No âmbito das escolhas metodológicas e metodologias ativas, em Língua Portuguesa, as atividades tomam os textos em sua centralidade como lugar: "[...] da interação e, na perspectiva pedagógica, deve ser o centro dos processos de ensino e aprendizagem relacionando-se ao seu contexto de produção e circulação [...]" (Pernambuco, 2019a, p. 78).

As propostas articulam-se às habilidades do Currículo de Pernambuco em gradação contínua de complexidade. Em Matemática, os exercícios também seguem a progressão de dificuldades fundamentada na: "[...] visão da matemática como uma ciência presente em diversos contextos, em conexão com o mundo real, aberta a relações com outras áreas do conhecimento, de modo que tal abertura não se limite apenas a disciplinas científicas" (Pernambuco, 2019a, p. 353).

Para otimizar o apoio pedagógico aos estudantes com maior defasagem, sugere-se a aplicação das seguintes etapas de gestão em sala de aula: o mapeamento e diagnóstico da turma mediante avaliações diagnósticas e formativas para a identificação clara dos perfis de aprendizagem. Em seguida, os agrupamentos produtivos, organizam os estudantes com base em suas hipóteses de escrita e/ou níveis de leitura e matemática, adequando a complexidade das tarefas às necessidades reais do grupo.

Conforme destaca Luckesi (2014), a avaliação diagnóstica e formativa não possui caráter punitivo ou classificatório, mas sim a função de mapear a realidade do estudante para subsidiar intervenções pedagógicas adequadas que promovam a aprendizagem.

Assim, as modalidades de agrupamento são duas: intrassegmento (interna): realizada no espaço da própria sala de aula pelo docente da turma; e, intersegmento (colaborativa): organizada entre turmas do mesmo ano escolar, mediante colaboração pedagógica entre os professores, que redistribuem temporariamente os estudantes conforme os níveis de aprendizagem e a especialidade técnica dos regentes nos processos de alfabetização. Os critérios para a formação dos agrupamentos baseiam-se na teoria da psicogênese da língua escrita de Ferreiro e Teberosky (1999), que

ISSN: 2358-8829

demonstra que as crianças passam por fases e hipóteses conceituais estruturadas (pré-silábica, silábica, silábico-alfabética e alfabética) até a apropriação do sistema de escrita.

A organização de agrupamentos produtivos apoia-se nas proposições de Weisz (2025), a qual salienta que a intervenção pedagógica deve focar no que o aluno já sabe, utilizando a troca entre pares em níveis aproximados de saberes para alavancar a construção do conhecimento. Conforme elucida Weisz (2025, p. 62), "para planejar uma boa situação de aprendizagem, é preciso saber exatamente o que os alunos já sabem sobre o conteúdo que se quer ensinar".

Além disso, o acompanhamento pedagógico: monitoramento contínuo feito por meio de avaliações formativas e pelo registro periódico no Instrumental de Acompanhamento Pedagógico PCA, preenchido trimestralmente pelo professor. A prática de monitoramento contínuo e registro reflexivo alinha-se à perspectiva de Hoffmann (2014a, 2014b), que defende a avaliação mediadora como uma ação transformadora e investigativa, onde o professor observa continuamente as hipóteses do aluno para criar novas oportunidades de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, verifica-se que a elaboração e a implementação do material didático complementar "Reconquista" constituem uma ação estratégica decisiva para a efetivação dos direitos de aprendizagem dos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Ao direcionar o olhar pedagógico para as lacunas acumuladas em trajetórias escolares anteriores, a iniciativa não apenas mitiga os impactos do déficit de aprendizagem, mas também assegura a equidade e a continuidade do percurso formativo das crianças no âmbito da rede pública de ensino.

Ademais, ressalta-se a relevância do material como instrumento de mediação docente. Ao oferecer subsídios metodológicos pautados na contextualização e na interdisciplinaridade, a proposta fortalece a autonomia do professor para realizar intervenções pedagógicas intencionais e diversificadas. Essa articulação entre teoria e prática favorece a criação de ambientes de aprendizagem mais dinâmicos e alinhados às reais necessidades dos educandos, superando abordagens meramente repetitivas ou descontextualizadas.

Por fim, conclui-se que o programa ultrapassa a simples oferta de insumos didáticos, consolidando-se como uma política pública de recomposição que qualifica o trabalho docente e reestrutura os processos de ensino-aprendizagem. Espera-se que os desdobramentos dessa experiência continuem a impulsionar pesquisas na área e a subsidiar a reformulação de planos estaduais e municipais de educação, visando à consolidação de práticas pedagógicas cada vez mais inclusivas, transformadoras e pautadas na excelência acadêmica.

Os impactos e colheita de dados do programa "Reconquista" estão em fase de mensuração pelos instrumentos de avaliação da rede estadual e dos municípios parceiros. Projeta-se o fortalecimento da parceria pedagógica e acadêmica com a UFPE para a realização de pesquisas longitudinalmente estruturadas sobre a recomposição pedagógica em Pernambuco. Espera-se, com isso, induzir a consolidação de metas de recomposição das aprendizagens nas revisões e atualizações dos Planos Municipais e do Plano Estadual de Educação.

Palavras-chave: Recomposição, Aprendizagens, Anos Iniciais, Ensino Fundamental, Pernambuco.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens**. Brasília, DF: MEC, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

DUTRA, G.; MARTINS, M. I. A recuperação paralela no ensino de física: o que pensa o professor?. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 20, n. 74, p. 135–164, jan. 2012.

FEITOSA, Nathalia Maria de Sousa; SILVA, Érica Dantas da; PIRES, Aparecida Carneiro. A avaliação da aprendizagem à luz das contribuições de Cipriano Carlos Luckesi. **Revista Teias**, v. 24, n. 75, 2023. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052023000400365 Acesso em: 14 set. 2026

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

GRAZZIOTIN, L. S.; KLAUS, V.; PEREIRA, A. P. M. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **Pro-Posições**, v. 33, p. e20200141, 2022.

HATTIE, John; TIMPERLEY, Helen. The Power of Feedback. **Review of Educational Research**, v. 77, n. 1, p. 81-112, 2007.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito & desafio**: uma perspectiva construtivista. 44. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014a.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 33. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014b.

JUNIOR, E. B. L.; OLIVEIRA, G. S.; SANTOS, A. C. O.; SCHNEKENBERG, G. F. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

NOVAES, G. T. F. et al. Recuperação paralela: repercussões na permanência escolar e na aprendizagem. **Cadernos de Pesquisa**, v. 53, p. e10612, 2023.

OLIVEIRA, L. K. M. de; PALACIOS, C.; BELLATO, C. C. Reagrupamento de estudantes para recompor aprendizagens: experiências brasileiras. **Estudos Avançados,** São Paulo, v. 39, n. 115, p. e39115037, 2025.

PERNAMBUCO. Secretaria Estadual de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Recife: SEED/PE, 2019a.

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Lei nº 16.617, de 15 de julho de 2019**. Cria o Programa Criança Alfabetizada no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências. Recife: ALEPE, 2019b.

SANTOS, Alexandre José dos; CRUZ, Lilian Moreira. Recomposição das aprendizagens na Educação Básica: estratégias pós-pandemia. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, Vitória da Conquista, v. 4, n.

11, p. 1–21, 2023. DOI: 10.22481/reed.v4i11.12742. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/reed/article/view/17366. Acesso em: 10 set. 2026.

WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2025.

ZIBETTI, M. L. T.; PANSINI, F.; SOUZA, F. L. F. DE . Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares?. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 16, n. 2, p. 237–246, jul. 2012.